A TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA NA AGENDA DO GOVERNO LULA III

Carina Vitral

HIGHLIGHTS

- O Plano de Transformação Ecológica emergiu na agenda econômica brasileira do terceiro governo Lula impulsionado pelo novo cenário da economia verde global e por eventos climáticos extremos.
- Com base na teoria da agenda na perspectiva das coalizões de defesa foram eventos externos ao subsistema de política que ensejaram a mudança institucional, apesar de ainda persistirem embates entre coalizões no interior do governo.
- A nova cadeia global de valor da economia verde é interpretada pelos formuladores de política econômica e climática como oportunidade estratégica para a neoindustrialização brasileira.
- O protecionismo verde e as barreiras comerciais foram percebidos como ameaças que reforçam a necessidade de posicionamento institucional do Brasil.

RESUMO

Analise do processo de tomada de decisão que levou o Plano de Transformação Ecológica ganhar espaço na agenda econômica do Brasil. Com base na teoria da agenda na perspectiva das coalizões de defesa, a pesquisa qualitativa com análise de entrevistas semiestruturadas realizadas com formuladores de alto escalão nos ministérios do terceiro governo Lula. Verificou-se que eventos externos ao subsistema da agenda verde - notadamente o cenário global da economia verde e os eventos climáticos extremos - propiciaram a mudança institucional. A nova cadeia global de valor da economia verde e a demanda mundial pela transição energética são vistas pelos formuladores como uma oportunidade para a neoindustrialização considerando as vantagens comparativas do Brasil no setor de energias renováveis. Também é apontado como ameaça do cenário global, o chamado protecionismo verde com barreiras comerciais e subsídios para novas tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Agenda verde. Transição Ecológica. Coalizões de Defesa. Governo Lula. Transformação Ecológica.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas impõem à humanidade enormes desafios econômicos, sociais e ambientais. Diante desse cenário - que pode influenciar enormemente atividades econômicas como a agropecuária, a indústria, os serviços e a própria vida nas cidades, as principais economias do mundo têm se reorientado para reduzir a emissão de gases do efeito estufa,

empreendendo vultuosos esforços na transição energética, em novas tecnologias industriais, e reorganizando as finanças mundiais para custear a transição para uma economia de baixo carbono (Milanez, Mancuso, Godinho & Poppe, 2017).

Cresce o interesse das principais economias globais nos recursos naturais brasileiros diante desse novo cenário internacional que está provocando a reorganização das cadeias globais de valor e novas tensões (Levine, 2023). Países como o Brasil, que detém a maior reserva natural de florestas tropicais do mundo, abundante em biodiversidade e água, grande potencial de produção de minerais, de alimentos e de energia renovável, são estratégicos para a geopolítica internacional (Castro, Peiter, Góes & 2022), ao passo que seguem um caminho tortuoso para se desenvolverem. Esses limites se tornam ainda mais evidentes, com a crescente e precoce perda de participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) (Brasil, 2024), por isso, a necessidade de implementar estratégias que coordenem o aproveitamento da posição de liderança na produção de energia renovável e minerais estratégicos para a transição energética, bem como superar a posição de exportador de *commodities* com baixo valor agregado, dando lugar à "neoindustrialização" – como tem sido chamado pelo governo brasileiro, a reindustrialização em novas bases tecnológicas e de baixa emissão de carbono (Brasil, 2024).

Diante dessa conjuntura internacional, o governo brasileiro se organiza em torno do Plano de Transformação Ecológica (PTE) que tem como objetivo estabelecer um "instrumento central para que o país cumpra suas metas climáticas e aproveite as oportunidades criadas pela necessária transição para uma economia mais sustentável" (Brasil, 2024, p. 37). Passados mais de 30 anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), que aconteceu no Rio de Janeiro e movimentou as coalizões de defesa do meio ambiente no Brasil em torno da agenda verde, entender como esse tema ganhou lugar na agenda econômica do país é de fundamental importância para o estudo das políticas públicas.

Isto posto, o objeto desta pesquisa é o processo de tomada de decisão e construção da agenda do PTE, tendo como objetivo geral responder à pergunta: por que a Transformação Ecológica ganhou espaço na agenda econômica no terceiro governo Lula? A hipótese da pesquisa consiste na ideia de que foram eventos externos ao subsistema de política pública da agenda verde que abriram a janela de oportunidade para a Transformação Ecológica ganhar espaço na agenda governamental, notadamente o cenário global da economia verde fez com que a coalizão desenvolvimentista dentro do governo passasse a enxergar oportunidades para reindustrialização brasileira.

2 METODOLOGIA

O método adotado nesse artigo foi a pesquisa qualitativa a partir da teoria da agenda na perspectiva das coalizões de defesa utilizando o *Advocacy Coalition Framework* (ACF). Para tal apresenta-se a análise de conteúdo temática[1] e a discussão sobre a mudança institucional presente na política pública PTE (Brasil, 2024) e o que mudou na visão dos formuladores para que o Plano ganhasse espaço na agenda governamental. Para Sabatier e Weible (2006), o aprendizado e a mudança política são frutos da interação das coalizões, muitas vezes influenciados por alterações nas condições externas ao subsistema que promovem choques externos. Demonstra-se com inferências estatísticas como os eventos externos ao subsistema podem ter aberto janelas de oportunidade para o salto na agenda, nesse sentido, trabalha-se essa categoria sob dois aspectos: a ocorrência de eventos climáticos extremos, entendendo se esse fator pode ter levado o PTE ganhar espaço na agenda governamental; e a reorganização das cadeias globais de valor a partir da economia verde, abordando se os formuladores de política enxergam oportunidades para o Brasil e se isso foi fator relevante para que o PTE se tornasse uma estratégias para o desenvolvimento brasileiro no terceiro governo Lula.

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas com formuladores de alto escalão da política econômica e climática do terceiro governo Lula. Alguns desses também participaram em outras posições dos governos anteriores do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff e, por esse motivo, também foram formuladas perguntas para efeito de comparação com os mandatos anteriores. Os ministérios selecionados para entrevistas dentre os dez ministérios envolvidos na construção do PTE, segundo o documento do Ministério da Fazenda intitulado *Novo Brasil - Plano de Transformação Ecológica* (Brasil, 2024), foram os ministérios da agenda econômica, climática, industrial e energética.

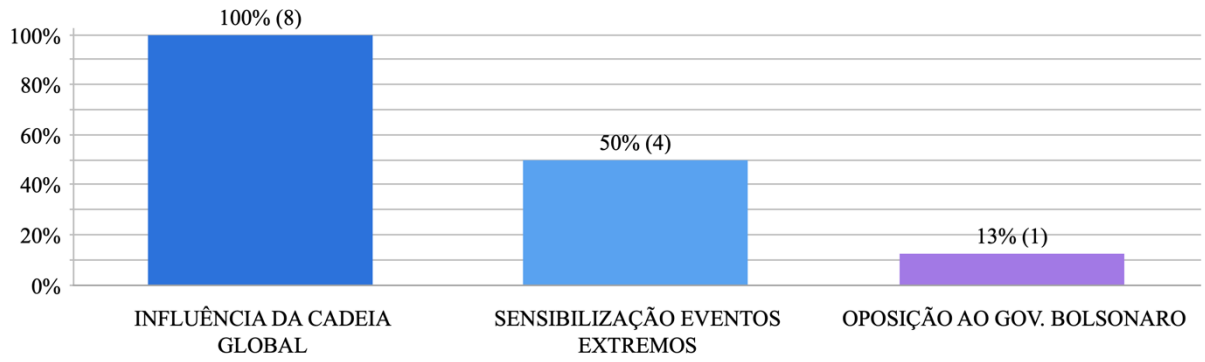
3 RESULTADOS : RAZÕES PARA O PTE ENTRAR NA AGENDA ECONÔMICA

Nesta seção, apresenta-se o resultado da pesquisa: o que levou à mudança institucional para formulação do Plano de Transformação Ecológica (PTE) e que motivos fizeram a agenda

[1] A categorização do material foi feita por meio do software de análise qualitativa MAXQDA e a coleta de dados foi autorizada pelo Comitê de Ética da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no dia 28 de junho de 2024 e foi inicialmente utilizada para o trabalho de conclusão de curso do Mestrado em Políticas Públicas e Governo. As entrevistas foram publicadas em repositório na integra e sem anonimização com autorização prévia documentada dos entrevistados, visto que os entrevistados são pessoas de alto escalão e seriam facilmente identificadas mesmo com a anonimização.

econômica-ecológica entrar na agenda governamental. Nas entrevistas realizadas com formuladores de alto escalão do terceiro governo Lula, perguntados sobre o que mudou para que a Transformação Ecológica tivesse um salto na agenda governamental, dos oito entrevistados, todos destacaram como fator relevante as mudanças na cadeias globais de valor da economia verde (Dubeux, 2024; Lemos, 2024; Barral, 2024; Rollemberg, 2024; Costa, 2024; Azevedo, 2024, Toni, 2024, Souza, 2024); quatro (50%) apontaram os eventos climáticos extremos que sensibilizam mais hoje os formuladores do que antes (Dubeux, 2024; Toni, 2024; Rollemberg, 2024; Azevedo, 2024). No Gráfico 1 a seguir, apresenta-se a frequência em que tais argumentos apareceram nas entrevistas coletadas.

Gráfico 1 – Motivos para o PTE entrar na agenda governamental segundo os formuladores



Elaboração própria a partir do MAXQDA com base nas entrevistas realizadas

4 DISCUSSÃO

Apenas uma entrevistada, a Secretária Nacional de Mudança do Clima e atualmente diretora executiva da COP 30 no Brasil, Ana Toni (2024) apontou para a mudança de coalizão de governo em contraponto ao governo Bolsonaro como fator predominante (12,5%). Quando perguntada sobre o porquê de os desenvolvimentistas se aproximarem da agenda da sustentabilidade, Ana Toni (2024, p. 8) respondeu: “pelo embate político”. Pelo Bolsonaro? “Basicamente” (Toni, 2024, p. 8). Ana Toni (2024) não está sozinha nessa percepção, Capelari, Araújo, Calmon e Borinelli (2020 p. 1701) já havia apontado que em resposta ao cenário da gestão de Bolsonaro na presidência e Ricardo Salles no MMA, três coalizões de defesa (tecnocratas esclarecidos, socioambientalistas e desenvolvimentistas modernos) iniciaram um aparente alinhamento que “torna explícito um esforço claro de coalizões não dominantes no

sentido de (re) construir novos canais de articulação e negociação". A diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudanças Climáticas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciana Costa (2024), apesar de não atribuir como um motivo da virada de opinião, ressalta que, de fato, o Brasil estava perdendo muitas oportunidades enquanto país. "Então, do ponto de vista de *timing*, a gente está atrasado na formulação do arcabouço verde porque o governo anterior perdeu tempo, foram anos perdidos para o país" (COSTA, 2024, p. 57-58).

A perspectiva das coalizões de defesa considera que além de embates, a interação entre coalizões pode produzir aprendizados, nos quais se abandona parte de antigas convicções para compor numa nova síntese (Moyson, 2017). Parece que o argumento levantado por Toni (2024) pode revelar um aprendizado no subsistema de política ambiental brasileiro.

4.1 Sensibilização dos formuladores pelos eventos climáticos extremos

Para metade dos formuladores entrevistados (Dubeux, 2024; Toni, 2024; Rollemberg, 2024; Azevedo, 2024), a emergência climática com eventos extremos como inundações como as que aconteceram no Rio Grande do Sul e secas e ondas de calor como as que aconteceram no norte do país influenciou para uma maior sensibilidade dos *policymakers* para a agenda verde. Rodrigo Rollemberg (2024), Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC e ex-governador do Distrito Federal (DF), argumenta que a chegada de eventos climáticos coloca fim a dúvida que alguns formuladores tinham sobre os alertas do IPCC, "Eu acho que a questão das mudanças climáticas, ela se impôs de uma forma, digamos assim, indiscutível ou categórica" (Rollemberg, 2024, p. 114).

Rafael Dubeux (2024), Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda e coordenador do Plano de Transformação Ecológica, aponta que depois da tragédia no Rio Grande do Sul, que foi inundado por fortes chuvas em abril de 2024, esse tema vem ganhando mais força no centro do noticiário no Brasil e argumenta que é difícil negar os fenômenos climáticos. "É difícil negar isso, né? Todos os indicadores vêm mostrando recorde de temperatura mês a mês que a gente tem sentido, eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes, eu acho que isso tem pesado" (Dubeux, 2024, p. 114). Giles Azevedo (2024) também chama atenção para o papel da opinião pública e da repercussão nas redes sociais para os desastres ambientais e para os impactos nas comunidades locais. "Há 30 anos atrás tu

demorava a saber ou não sabia na dimensão que tu acompanha agora, que tu acompanha praticamente online" (Azevedo, 2024, p. 28).

4.2 Geopolítica da economia verde: oportunidades para o Brasil

As mudanças nas cadeias globais de valor a partir da economia verde foram apontadas pela totalidade dos entrevistados como fatores determinantes para a centralidade da agenda da Transformação Ecológica no terceiro governo Lula, o que confirma a hipótese inicial da pesquisa. Nesta seção, apresentar-se a discussão entre os formuladores sobre os diversos argumentos mobilizados em torno da caracterização do cenário global, das oportunidades e da ameaças externas.

Quando perguntados sobre quais oportunidades estão sendo vistas pelos formuladores no cenário global, dois fatores foram citados de forma relacionada por 100% dos entrevistados: a transição energética e a neoindustrialização (Dubeux, 2024; Lemos, 2024; Barral, 2024; Rollemberg, 2024; Costa, 2024; Azevedo, 2024, Toni, 2024, Souza, 2024), o que permite concluir que aqui está o núcleo duro do pensamento dos formuladores da Transformação Ecológica: aproveitar as vantagens competitivas do Brasil nas energias renováveis como oportunidade para desenvolver uma indústria verde, bem como atrair investimentos industriais que podem aproveitar a energia limpa para fazer a transição das cadeias produtivas. Além disso, dois entrevistados, citaram a bioeconomia (Rollemberg, 2024; Costa, 2024) como uma atividade com grande potencial. Durante as entrevistas, também foram citados pelos formuladores a oportunidade do Brasil se construir como uma liderança global da economia verde (Lemos, 2024; Souza, 2024).

Luciana Costa (2024) do BNDES defende que em comparação com as principais economias do mundo, o Brasil está na dianteira da transição energética assumindo a posição hoje que esses países querem alcançar daqui há 20 anos. Giles Azevedo (2024) concorda que a produção de energia renovável somado a um mercado consumidor alargado, podem significar novas oportunidades para o desenvolvimento industrial. A preocupação em empreender estratégias para desenvolvimento de cadeias nacionais e não somente importar equipamentos de outros países está presente na entrevista concedida por Rafael Dubeux (2024).

> De novo, com aquela preocupação de a gente não utilizar (esse potencial) simplesmente importando equipamento dos outros (países) sem nenhuma agregação de valor, mas

> energia é muito central. Se a gente consegue fazer o desenvolvimento industrial e tecnológico ligado a essas fontes energéticas, é um super-ativo para o Brasil, para a gente produzir aqui, ofertar e industrializar o Brasil e eventualmente até exportar o excedente, seja a energia diretamente, seja os produtos industrializados a partir dessa abundância de fontes renováveis que a gente tem aqui. […] (Dubeux, 2024, p. 96-97. Entrevista gravada e transcrita).

Thiago Barral em sua fala alerta que, apesar da grande oportunidade, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer, e que é preciso definir estratégias tanto na indústria da transição energética quanto na indústria verde que consome energia limpa.

> Então eu acho que é uma grande oportunidade. Eu estou aqui no governo porque eu acredito que a gente pode fazer alguma coisa para fazer dessa transição energética uma oportunidade de combater pobreza, gerar desenvolvimento, inovação e tal. Mas é, acho que a gente tem muito trabalho (pela frente) […]. Acho que ainda temos muita coisa para avançar (na política industrial), porque não é um processo fácil, você pega a indústria solar, a indústria eólica, são muitos desafios, e a gente está falando só da indústria da transição energética e não da indústria que consome a transição energética, são duas vertentes totalmente diferentes. (Barral, 2024, p. 131-132. Entrevista gravada e transcrita).

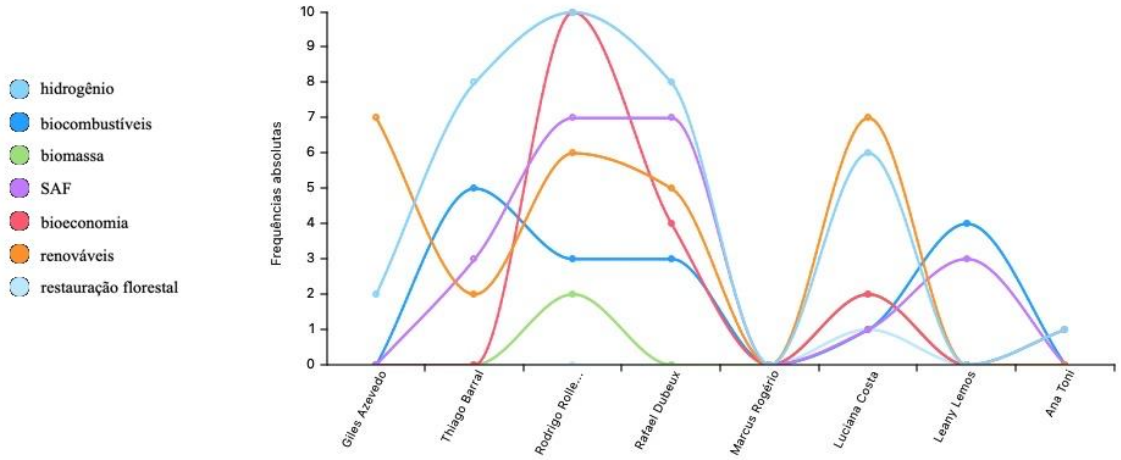
Seguindo a discussão sobre as oportunidades da nova cadeia global de valor, elencadas pelos formuladores, dois entrevistados citaram a bioeconomia (Rollemberg, 2024; Costa, 2024) como uma atividade com grande potencial. Luciana Costa (2024) e Ana Toni (2024) mencionam o potencial da restauração florestal e a produção de créditos de carbono. Segundo Rollemberg (2024), a pesquisa e inovação em torno da biodiversidade brasileira pode ser aproveitada tanto para a produção de energia quanto para agricultura e produção de fármacos.

Durante as entrevistas, também foram citados pelos formuladores a oportunidade de o Brasil se construir como uma liderança global da economia verde (Lemos, 2024; Souza, 2024). A Secretária Nacional de Planejamento do Ministério de Planejamento e Orçamento, Leany Lemos (2024) argumenta que o fato do presidente Lula ser uma liderança que sempre esteve ligada às questões geopolíticas, faz com que essa agenda ganhe centralidade na definição da forma como o país se relaciona com o mundo. Marcos Rogério Souza (2024), Secretário de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, salienta que existe uma oportunidade de ampliar o *soft power* do Brasil no cenário internacional.

Durante a entrevista, os formuladores evitaram cravar a aposta em uma ou outra rota tecnológica, entretanto o exercício de registrar a frequência de palavras apresentadas por cada

um dos formuladores de política ao se referirem às oportunidades da nova cadeia global de valor, apresentado no Gráfico 2 a seguir, pode ser útil para evidenciar alguns dos exemplos do potencial para o desenvolvimento citados, tendo hidrogênio, biocombustíveis, renováveis, SAF entre as mais recorrentes.

Gráfico 2 – Frequência de palavras quando perguntado sobre oportunidades na cadeia global de valor



Elaboração própria a partir do MAXQDA com base nas entrevistas realizadas.

A palavras registradas pela sua respectiva frequência durante as entrevistas coincidem com as vantagens estratégicas do Brasil "com potencial de torná-lo protagonista em uma nova economia sustentável", destacadas no documento oficial do Plano de Transformação Ecológica (Brasil, 2024) em seu capítulo 2.3: a alta produção de energia renovável; a significativa disponibilidade de biomassa para geração de bioenergia; alta capacidade de produção de biocombustíveis e de biogás; grandes reservas de minerais críticos para a transição energética; cobertura florestal e potencial para desenvolvimento da bioeconomia e maior biodiversidade do planeta (Brasil, 2024).

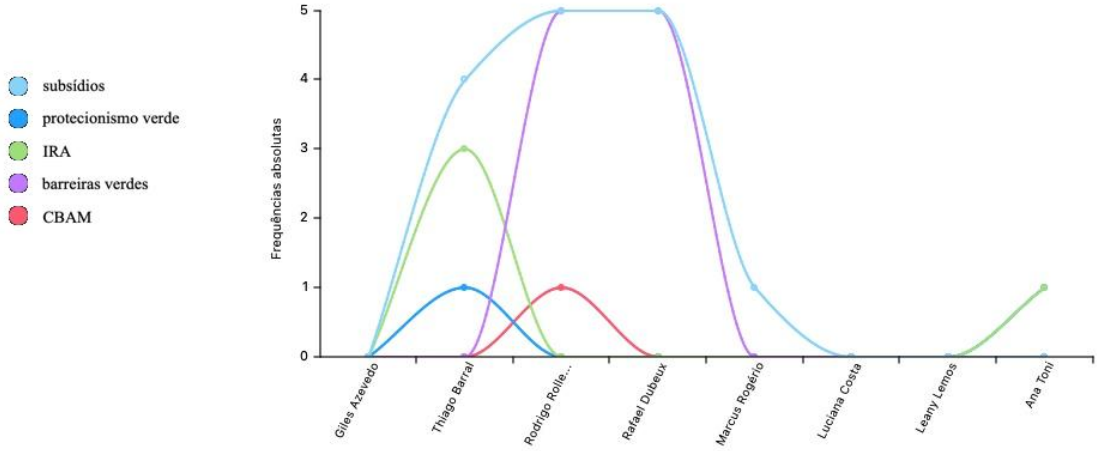
A discussão sobre as apostas em setores da Transformação Ecológica é relevante do ponto de vista da tomada de decisão e definição das estratégias de desenvolvimento. Esse tema apareceu nas entrevistas não só no sentido de aproveitar as vantagens competitivas do Brasil para desenvolver cadeias produtivas locais, como também no de priorizar os investimentos em um cenário de alto custo de transição, visto que o Brasil tem restrições orçamentárias. Por outro

lado, foi apontado o risco de “colocar todos os ovos na mesma cesta” do ponto de vista do investimentos (Barral, 2024, Dubeux, 2024).

4.3 Ameaças da nova cadeia global da economia verde

A discussão sobre como tem sido configurada a nova dinâmica geopolítica em torno da economia verde apareceu como fator de grande preocupação dos formuladores de política. Cinco dos oito entrevistados (Dubeux, 2024; Barral, 2024; Rollemberg, 2024; Azevedo, 2024, Toni, 2024) citaram como ameaça o chamado “protecionismo verde” representado por barreiras comerciais de cunho ambiental utilizada por países desenvolvidos em detrimento de países em desenvolvimento como o Brasil. Também foram citados em igual medida (Costa, 2024; Dubeux, 2024; Barral, 2024; Rollemberg, 2024; Toni, 2024) os subsídios que causam distorção da alocação de recursos na economia global, dentre eles o *Inflation Reduction Act* (IRA) dos EUA. No Gráfico 3, a seguir, apresenta-se a frequência de palavras mencionadas pelos formuladores de política como ameaças da corrida tecnológica em torno da economia verde.

Gráfico 3 – Frequência de palavras quando perguntados sobre ameaças da nova cadeia global de valor



Elaboração própria a partir do MAXQDA com base nas entrevistas realizadas.

Segundo Thiago Barral (2024), a dinâmica internacional tem se dado com mais protecionismo e mais disputas comerciais, e nesse contexto, o Brasil pode acabar se prejudicando. Giles Azevedo (2024) defende que esse assunto se relaciona com o princípio das

“responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Segundo esse princípio, embora seja reconhecido nos acordos da *UNFCCC*, o direito de emitir de países em desenvolvimento que buscam consolidar suas economias incipientes, na dinâmica do comércio internacional, estão sendo embargados por critérios ambientais utilizados como pretexto para o estabelecimento de barreiras comerciais.

> Tem um agravante que eu acho, por isso que eu quero separar um pouco o hemisfério Norte do Sul, né? Porque, na verdade, os países da Europa utilizaram todos os recursos naturais que tinham, tinham poucos, né? Eles têm um processo de industrialização, a participação deles na emissão é muito maior (ao longo da história), mas eles ainda tentam usar as questões ambientais como barreira comercial para os países em desenvolvimento. Então, a gente tem que também cuidar muito com isso, porque a questão ambiental virou uma barreira comercial para os nossos produtos, que podem ser mais baratos, que podem ser mais limpos. (Azevedo, 2024, p. 24. Entrevista gravada e transcrita).

4.4 Considerações finais e pesquisas futuras

O Plano de Transformação Ecológica lançado pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante a COP 28 em Dubai, representa um marco na mudança institucional da formulação de políticas públicas para a economia brasileira. Referenciada na literatura da teoria da agenda na perspectiva do Advocacy Coalition Framework (ACF), este artigo contribui para a discussão sobre o processo de tomada de decisão e mudança institucional na agenda econômico-ecológica no terceiro governo Lula.

Pôde-se verificar pela visão dos formuladores que a geopolítica da economia verde, com sua nova dinâmica das cadeias globais de valor, se constitui como o principal fator externo para a mudança de visão da área econômica do governo que agora enxerga a Transformação Ecológica como uma oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. O cenário global da economia verde que se abriu e as vantagens competitivas que o Brasil tem no setor de energia renovável estão sendo vistos pelos formuladores de política econômica como a grande aposta para o desenvolvimento brasileiro tendo como núcleo central da estratégia do PTE a tríade energia-indústria-inovação. Existe uma oportunidade tanto na indústria da transição energética quanto na indústria que consome a transição energética, também são apontados, em menor medida, o potencial das atividades de bioeconomia e restauração florestal.

Já a imposição de barreiras comerciais verdes e pesados subsídios que distorcem a alocação de recursos na economia global foram apontados como ameaças da cadeira global. Ainda sobre os fatores externos, a ocorrência de eventos climáticos extremos como as

inundações do Rio Grande do Sul, as secas na Amazônia e as ondas de calor sensibilizaram as autoridades, e a repercussão na imprensa e na opinião pública foi destacada como fator de pressão para o salto na agenda verde.

Pode-se concluir que, ao lado da emergência cada vez mais flagrante da mudança do clima, as oportunidades econômicas da economia verde produziram choques externos que elevaram a agenda da Transformação Ecológica para outro patamar no terceiro governo Lula. E assim o PTE se tornou a alternativa política e econômica para dois problemas públicos de grande monta: as mudanças climáticas e o desenvolvimento econômico. Restam infinitas lacunas a serem preenchidas em pesquisas futuras sobre o Plano de Transformação Ecológica, que serão trabalhados em artigos futuros.

REFERÊNCIAS

Azevedo, G. C. **Plano de Transformação Ecológica pela visão dos formuladores**. Entrevista concedida a Carina Vitral. Brasília, 15 de agosto de 2024. [Dados inéditos].

Barral, T. V. **Plano de Transformação Ecológica pela visão dos formuladores**. Entrevista concedida a Carina Vitral. Brasília, 1 de agosto de 2024. [Dados inéditos].

Brasil. Ministério da Fazenda. **Novo Brasil – Plano de Transformação Ecológica**. Ministério da Fazenda (MF). Brasília: MF, 2024a.

Capelari, M. G. M., Araújo, S. M. V. G., Calmon, P. C. D. P., Borinelli, B. Mudança de larga escala na política ambiental: análise da realidade brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 6, 2020.

Castro, F. F.; Peiter, C. C.; Góes, G. S. Minerais estratégicos e críticos: uma visão internacional e da política mineral brasileira. Texto para Discussão, Ipea, 2022. p. 7-31.

Costa, L. A. **Plano de Transformação Ecológica pela visão dos formuladores**. Entrevista concedida a Carina Vitral. Brasília, 6 de agosto de 2024. [Dados inéditos].

Dubeux, R. R. **Plano de Transformação Ecológica pela visão dos formuladores**. Entrevista concedida a Carina Vitral. Brasília, 6 de agosto de 2024. [Dados inéditos].

Lemos, L. B. S. **Plano de Transformação Ecológica pela visão dos formuladores**. Entrevista concedida a Carina Vitral. Brasília, 28 de agosto de 2024. [Dados inéditos].

Levine, S. **China's climate change strategy and U.S.-China competition**. Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2023. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/chinas-climate-change-strategy-and-us-china-competition. Acesso em: 27 maio 2024.

Milanez, A. Y.; Mancuso, R. V.; Godinho, R. D.; Poppe, M. K. O acordo de Paris e a transição para o setor de transportes de baixo carbono: o papel da plataforma para o biofuturo. **BNDES Setorial**, n. 45, p. 285-34, 2017.

Moyson, S. Cognition and policy change: the consistency of policy learning in the advocacy coalition framework. **Policy and Society**, v. 36, n. 2, p. 320- 344. 2017.

Rollemberg, R. S.. **Plano de Transformação Ecológica pela visão dos formuladores**. Entrevista concedida a Carina Vitral. Brasília, 30 de julho de 2024. [Dados inéditos].

Sabatier, P; Weible, C. The advocacy coalition framework: innovations and clarifications. In: SABATIER, P. (org.). **Theories of the policy process**. Cambridge: Westview, 2006.

Souza, M. R. **Plano de Transformação Ecológica pela visão dos formuladores**. Entrevista concedida a Carina Vitral. Brasília, 2 de agosto de 2024. [Dados inéditos].

Toni, A. A. C. **Plano de Transformação Ecológica pela visão dos formuladores**. Entrevista concedida a Carina Vitral. Brasília, 7 de agosto de 2024. [Dados inéditos].